REPERCUTINDO E RESISTINDO A POLÍTICAS; PROPONDO NOVOS CAMINHOS

Os editoriais da RBPAAE não costumam receber título. No entanto, este começou a se delinear na minha retina a partir do momento em que o conjunto de artigos selecionados para compor este número foram sendo revisados e ordenados. O tema geral, que é Política Educacional, é apresentado em uma visão macroscópica, no primeiro texto, que salienta a educação e suas relações com trabalho e cidadania, como constituintes da política social; mas se projeta como que por um caleidoscópio nos dois subconjuntos a seguir, que focalizam Financiamento da Educação e Políticas de Formação Docente. A imagem do caleidoscópio surgiu quando observava que estes dois aspectos representam não apenas ângulos de visão sobre o espectro da Política e Gestão da Educação, sendo também elementos basilares para a própria configuração desta. No caleidoscópio estão igualmente representadas variadas perspectivas sobre Financiamento da Educação e Política de Formação Docente, que são dadas pela dimensão do recorte de campo, pelas variáveis ou recursos analíticos escolhidos, ou talvez principalmente - pelas cores indicativas de diferenciados posicionamentos dos autores sobre os direitos e deveres de cidadania, o papel do Estado, as possibilidades da regulação social, a natureza do ato de educar e das instituições e funções educativas, entre tantas outras vertentes dos matizes de nosso pensamento político educacional.

Contudo, creio que em todos estes artigos os autores manifestam-se com evidente compromisso de qualificar o debate político e de alimentar os gestores e educadores de critérios e idéias para a ação, trazendo a contribuição peculiar e insubstituível da pesquisa e da opinião reflexiva. Por isso, ao ler estes sete artigos, interpretei o pensar e o fazer dos oito colegas que integram a publicação como o de **repercutindo e resistindo a políticas; propondo novos caminhos**. E o fizeram com competência, facilitando e legitimando a política editorial de nossa REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, como bem ressaltaram os outros colegas que colaboraram com sua crítica e sugestões na avaliação e revisão destes textos. A par das comuns qualidades de tema pertinente, atualidade das questões levantadas, referências bibliográficas que permitem aprofundamentos e dos cuidados com o tratamento analítico dos variados tipos de informações usadas e ora produzidas, é patente a contribuição dos autores e de seus textos para que este periódico seja de fato um espaço de múltiplas visões, de reflexões cruzadas, que nos desafiem e estimulem a educar, administrar, pesquisar e, sem dúvida, também à militância política pela democratização da educação - nossa bandeira coletiva.

A Sessão Especial deste número, que destaca e divulga o Pronunciamento Latino-Americano sobre "Educação para Todos", tem justamente o sentido de ampliar a circulação de um manifesto que vem recebendo adesões de educadores e de cidadãos

preocupados com a educação de todos os rincões de nosso continente. Fruto da iniciativa de um pequeno grupo de educadores e pesquisadores e redigido por Rosa María Torres (Equador), Sylvia Schmelkes e Pablo Latapí (ambos do México), tem sido subscrito e adendado por milhares de pessoas que acreditam no diálogo, no intercâmbio de idéias e na articulação supranacional como uma forma de irmos **repercutindo e resistindo a políticas; propondo novos caminhos**, também nos planos nacional e local. Conquanto o texto tenha sido mais especialmente dirigido aos integrantes do Foro Mundial da Educação, realizado em Dakar (Senegal), retoma alguns dos mais influentes pensamentos e instrumentos da política mundial e continental de educação e propõe a estes certas **retificações**, para salvaguardar tradições e valores que nós, latino-americanos, construímos com muitas lutas e perseverança e dos quais não queremos nos descuidar no futuro. Alerta que a “Educação para Todos” não pode ser ressignificada no que tiver qualquer sentido de encurtar, aligeirar e excluir da educação de qualidade qualquer grupo social e a diversidade cultural que constitui uma riqueza peculiar dos latino-americanos e da educação latino-americana. Propõe que se recupere para a educação e a política educacional a visão multisetorial, a visão de sistema de ensino e a visão de longo prazo. Fica, pois, aqui consignado o convite aos companheiros da ANPAE e a todos nossos leitores para que leiam este Pronunciamento atentamente, o divulguem e discutam, e se manifestem junto a este movimento, pelos endereços indicados na Nota à página de abertura da Sessão Especial.

O conjunto de artigos selecionados para este número, que permite as visões macroscópica e caleidoscópica, como já assinalei, parece-me também demonstrar sua potencialidade para ser examinado à luz dos conceitos e critérios propostos no Pronunciamento Latino-Americano sobre “Educação para Todos”. Sem querer repetir aqui os resumos constantes ao final do volume e sem pretender dirigir ou restringir as múltiplas leituras que podem proporcionar, cabe-me, porém, chamar atenção para algumas temáticas e perspectivas que ensejam.

No texto inicial, Benno Sander analisa o cenário econômico e político de mundialização, em termos de suas oportunidades e riscos à democratização e ao desenvolvimento humano sustentável, propugnando por uma política social que tenha como predicados abrangência e relevância para o conjunto da sociedade. Esta, portanto, em seu entendimento, precisa prestar atenção prioritária aos mais pobres e excluídos. Nesta política, a educação tem papel central por suas funções na formação da cidadania e na preparação para o trabalho. Tomando a equidade social, no sentido de igualdade e justiça, como critério, indica a importância de políticas educacionais que, contando com a alocação prioritária dos recursos públicos, atentem para a extensão e a qualidade da aprendizagem, a melhoria das condições de oferta escolar, inclusive da formação docente para o complexo mundo do conhecimento e das comunicações e para a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos e da convivência. Com alguns conceitos da agenda política e acadêmica internacional sobre políticas sociais, destacando dados e informações atuais, Sander sustenta a tese de que a educa-

ção, o trabalho e a cidadania são três eixos estreitamente associados de uma política social pertinente na América Latina.

A importância das políticas e da gestão do financiamento assim como das políticas de formação docente, focalizadas nas duas seções subseqüentes, fica, pois, desde aquele texto, ressaltada.

O Financiamento da Educação é contemplado em seus fundamentos constitucionais e legais por Nicholas Davies, que acaba por demonstrar a fragilidade conceitual destes preceitos normativos e em face do impacto da inflação, da sonegação fiscal e de precárias medidas de gestão governamental. Mostrando a desigualdade de recursos disponíveis para as escolas das diferentes esferas de governo, os desvios de recursos pela corrupção e pela burocratização e o favorecimento dos interesses privados tanto na gestão dos recursos públicos destinados à educação como nas normas gerais de regulação do setor, Davies indica suas propostas de novos caminhos especialmente na análise de dois distintos projetos de Lei para o Plano Nacional de Educação. Sua crítica clara a vários pontos do atual ordenamento do Financiamento da Educação aponta para o significado dos vetos presidenciais apostos aos artigos da lei do PNE que garantiriam mais recursos públicos para a educação: a falta de vontade política para que o povo brasileiro possa contar com a justa quantidade e qualidade de educação.

O artigo de Bob Verhine oferece um conjunto de dados e informações preciosos, em um nível de detalhe e análise que apenas recentemente se começa a poder contar. São resultados de uma pesquisa ampla e sistemática que vem sendo desenvolvida, no estado da Bahia, a qual contempla não apenas orçamentos e balanços governamentais, mas também trata de obter dados sobre despesas efetuadas por aluno, em escolas públicas estaduais e municipais e em escolas particulares. Complementam a análise quantitativa longitudinal alguns estudos de caso e um ensaio comparativo das principais variações e suas causas. Por isso mesmo, quando o autor repercute sobre os principais problemas atuais de gestão do financiamento da educação básica e discute as iniciativas governamentais mais recentes para lidar com alguns níveis das desigualdades, ineficiências e desvios de recursos, não apenas insere o caso do estado e de municípios baianos no debate nacional e internacional, mas, com certeza, contribui para o fortalecimento de movimentos de resistência popular com indicações práticas para o acompanhamento crítico e construtivo das atuais e das futuras políticas de gestão financeira da educação.

O título do artigo assinado por Cândido Gomes e Hélio Pascoalino é suficientemente sugestivo de sua perspicácia e dos fundamentos políticos e técnicos da investigação que fizeram sobre a gestão financeira do ensino fundamental, já na vigência do FUNDEF. Esta nova política de distribuição dos recursos financeiros da educação, que prioriza o ensino fundamental, adotando uma fórmula equalizadora *per capita*, trouxe a muitos dirigentes de sistemas de ensino súbitas perdas ou ganhos de recursos, situação em que ficam, por vezes, mais visíveis suas limitações éticas e

de competência profissional. Por esta razão, estudos de caso comparativos são um interessante instrumento para se compreender tanto as necessidades e possibilidades das atuais e de outras políticas de financiamento quanto as restrições constitutivas e intervenientes nos processos de distribuição e aplicação dos recursos financeiros para a universalização do ensino de qualidade para todos. Os autores repercutem a política do FUNDEF como de resultados inicialmente positivos, mas que carece de ser cuidadosamente escrutinada, posto que um sistema de vinculações e subvinculações admiravelmente simples há de ser também, logicamente, insuficiente. Assim comprovam os riscos da estabilidade ou do declínio de recursos e as lacunas no acompanhamento e na fiscalização previstos, que ambos reconheceram. Vale ainda salientar aos leitores dois pontos: a interessante literatura revisada, que revela as controvérsias sobre o impacto do aumento de despesas escolares sobre o rendimento discente; e o ingresso de um novo autor, Hélio Pascoalino, na comunidade de pesquisadores sobre financiamento da educação.

O financiamento da educação superior é o objeto de análise de Jacques Schwartzman, que de pronto, no título, deixa estampado os aspectos que destaca neste texto: os desacertos. Escrito em estilo mais coloquial, visto ser o registro de uma opinião oferecida em evento público, tem por isso mesmo o valor de permitir, aos associados da ANPAE e a nossos leitores, acesso a várias questões centrais e deveras polêmicas sobre o volume de recursos públicos disponíveis para as universidades federais, a gestão destes e a problemática do financiamento das instituições privadas de ensino superior. Creio que Schwartzman obtém consenso em sua posição de que temos de fato uma escassez de recursos para os investimentos que requer a educação superior no país e de que se necessita para que a educação estatal seja acessível a contingentes bem maiores de jovens, sem perder (ou mesmo incrementando) sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Da mesma forma, parece-me consensual sua avaliação de que temos sérias distorções e graves desperdícios na gestão dos recursos públicos. Contudo, ao longo do texto, há análises e pontos de vista que não de suscitar o indispensável debate. Esta foi umas das qualidades que fundamentaram as recomendações de publicação deste artigo, assim como dos demais desta seção temática sobre Financiamento da Educação.

A seção sobre Políticas de Formação Docente compreende dois artigos que, com enfoques distintos, repercutem e resistem a orientações normativas e a projetos de mudança institucional. Lourdinha Marcelino Machado participou de uma audiência pública no Conselho Estadual de Educação de São Paulo sobre as recentes e polêmicas propostas políticas para formação de professores, consubstanciadas no Curso de Pedagogia, no Curso Normal Superior e nos Institutos Superiores de Educação, entre outras, e reelaborou este texto, especialmente para nossa Revista. Sua abordagem, que centra na possibilidade de uma crítica epistemológica e normativa, recorre a autores diversos para apontar a importância da capacidade de reflexão docente ao lado do saber disciplinar e do enraizamento cultural e político. Defende a formação para a gestão como

constituente da formação docente e não exclusiva dos dirigentes escolares, voltando a Anísio Teixeira. E conclui, chamando atenção às relações entre formação, organização do trabalho escolar e carreira sempre postas em cheque quando se avaliam fidelidades a princípios, ao projeto-político-pedagógico, e fidelidades às normas - às quais se poderá sempre reproduzir/ repercutir ou resistir/produzir.

O exemplo do CEFAM de São Paulo, cujo projeto inicial e subseqüentes modificações foram registrados por Anterita Cristina Godoy, em minha opinião, tal como relatado, é ilustrativo de alguns dos riscos de corrupção de que falou Lourdinha Marcelino. Limitações impostas por normas e por prioridades centrais juntam-se às das condições institucionais, mas não são jamais suficientes para sufocar de todo o ânimo docente comprometido com a formação de professores. Este é mais um estudo de caso, que percebi narrado pelo argumento apaixonado, ao se buscar repercutir, no sentido de ampliar e defender, a possibilidade de formarmos os professores brasileiros no nível superior e que busca resistir à banalização da atividade universitária, ao gerencialismo na organização escolar e à superficialidade do saber docente. Que possa servir à reflexão para este e outros sistemas de ensino e chamar outros estudos sobre políticas, instituições e experiências de formação docente.

A palavra final é de agradecimento aos autores que nos permitiram compor este número e de estímulo a outros tantos para que nos permitam compartilhar seu trabalho intelectual e suas experiências com os muitos leitores desta Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Mas não sem, antes, agradecer a colaboração dedicada, solidária e muito qualificada de quantos avaliaram estes e outros textos submetidos ao processo editorial neste ano. A avaliação cega (*blind review*) de cada original recebido, por dois ou mais consultores *ad hoc*, tem sido um elemento fundamental da política historicamente traçada pela ANPAE e que teve no atual Conselho Editorial apoio e aplicação. Assim, queremos de forma pública expressar reconhecimento pela colaboração dos seguintes consultores convidados, neste ano de 2000: Eliana Pereira Povoas, Erasto Mendonça, Flávia Werle, Gláucia Garcia, Kátia de Freitas, Lauro Wittmann, Lizete Arelaro, Luiz Fernando Dourado, Nalú Farenzena, Regina Gracindo, Rinalva Cassiano Silva, Romualdo Portela, Vicente Madeira e Walter Garcia.

Maria Beatriz Luce
Editora